

## ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

**Data:** 14.09.2020

**Local:** reunião online

**Presenças:** Des<sup>a</sup> **Laís Helena Jaeger Nicotti**, Coordenadora  
Juiz **Adriano Santos Wilhelms**, membro do Comitê;  
Juiz **Leandro Krebs Gonçalves**, membro do Comitê;  
Juíza **Luciana Böhm Stahnke**, membro do Comitê;  
Servidora **Maria Augusta Kinnemann**, membro do Comitê;  
Servidora **Caroline May Schmitt**;  
Servidor **Rodrigo dos Santos**, membro do Comitê;  
Servidora **Cristina Viana**, membro representante do Sintrajufe/RS;

**Secretária:** Gabriela Balbinot (AGE)

**Horário:** 16h – 17h

**Pauta:**

- 1) Pedido de Providências nº 6842/2020 - PROAD nº 2462/2020: requerimentos dos servidores PcDs
- 2) Ato Normativo CNJ nº 0008357-32.2019.2.00.0000 - condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição.
- 3) PROAD nº 8032/2019 - Solicitada manifestação do comitê acerca da formação de cadastro e capacitação a ser oferecida pela Escola Judicial, com a finalidade de dar cumprimento à Resolução CSJT nº 218/2018, que dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau para atendimento de pessoas surdas ou com deficiência auditiva e sobre a inexistência, no quadro de pessoal do Tribunal, de servidor que possa atuar formalmente como intérprete de LIBRAS.
- 4) Apresentação da planilha criada pela Segesp/CSaúde
- 5) Retomada do Trabalho Presencial - notícia da reunião do GT
- 6) Alinhamento para envio de demandas à Escola Judicial

---

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de 2020, às 16h, ocorreu reunião ordinária online do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, Acessibilidade e Inclusão, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pela Excelentíssima Desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti, conforme registro que segue: Des<sup>a</sup> Laís cumprimentou a todos e abordando o **Item 1 da pauta: Pedido de Providências nº 6842/2020 - PROAD nº 2462/2020: requerimentos dos servidores PcDs** passou a palavra ao Juliano que esclareceu sobre a

importância de realizar reunião conjunta com o Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade. Maria Augusta comentou que considera importante ouvir PcD para que se saiba o que gostariam de ver incluído na campanha. Mencionou que pesquisou cartilhas e que existem variações de abordagem: algumas enfocam mais o aspecto legal, outras a parte humana. Juíza Luciana comentou que a campanha é importante pois o capacitismo não deixa que as pessoas cresçam. Juliano reportou que os requerimentos apresentados decorrem de demanda do último encontro, que começaram a trabalhar no documento em janeiro, mas aguardaram a volta das atividades em março para encaminhar ao Tribunal. Reportou que considera muito boa a idéia de retomar o projeto por meio da união dos comitês, pois gerará sincronia de todos para trabalhar junto, sem que sejam realizadas atividades sobrepostas. Destacou que será importante a reunião conjunta para alinhar como fazer as atividades. Juiz Adriano perguntou o número de PcDs no TRT4 e os tipos de deficiências apresentadas. Maria Augusta informou que existem em torno de 130 PcDs no Tribunal, que dois 2 são magistrados, mas que não entraram por cota. Mencionou que se trata de deficiência visual do tipo bilateral ou monocular, física, motora, de locomoção e auditiva. Juiz Adriano destacou que de acordo com a deficiência existem necessidades específicas. Des<sup>a</sup> Laís lembrou a todos que o número de deficientes físicos é oscilante, pois há alguns que são temporários, a exemplo daqueles que se recuperam de lesões diversas como fraturas, entorses, ou mesmo cirurgias. Afirmou que há despreparo para oferecer inclusão aos casos de deficiência visual e auditiva. Fabiana reportou que o Tribunal possui 30 deficientes auditivos, 24 visuais, 6 paraplégicos, 30 com sequelas de membros inferiores, 18 de membros superiores, e 7 de ambos. Juliano mencionou que a expectativa é que a cartilha seria mais voltada para instruções práticas, tais como: modo de empurrar cadeira de rodas e outros procedimentos de auxílio, bem como seja voltada para ao público externo também, advogados e partes. Maria Augusta afirmou que existem solicitações simples de serem atendidas, como a inclusão de tarja no crachá para o acesso ao tribunal sinalizando o tipo de deficiência para que a segurança esteja atenta às necessidades de cada PcD. Que existem questões básicas que as pessoas não se dão conta. Ressalvou que a maioria dos itens o TRT já atende, mas mesmo assim há muito a melhorar. Juliano destacou que na maioria dos casos os requerimentos não demandam despesa para serem atendidos pois se trata mais de questão de atitude. Des<sup>a</sup> Laís solicitou que seja agendada reunião com o Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade. **Item 2 da pauta: Ato Normativo CNJ nº 0008357-32.2019.2.00.0000 - condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência.** Juliano chamou atenção para a determinação de formação de grupo multidisciplinar que analisará a concessão das condições especiais regulamentadas, pois seria responsável pela perícia. Comentou a preocupação existente é que a

composição do grupo seja a mais heterogênea possível, para que a avaliação seja ampla e não seja feita apenas do ponto de vista médico, e que na composição existam PcDs. Afirmou que seria considerada uma garantia a mais na concessão de direitos. Des<sup>a</sup> Laís reportou que a Coordenadoria de Saúde e a Segesp já fazem a avaliação. Fabiana comentou que normatização atual já oferece condições especiais aos PcDs, e que com o novo ato normativo será importante estudar atentamente as determinações para acrescentar o que não era cumprido até o momento. Des<sup>a</sup> Laís afirmou que o Tribunal já está adequado. Maria Augusta comentou que já há junta formada no Tribunal para atender a norma, e que há possibilidade de formar equipe multidisciplinar, se assim entender a Administração. **O comitê concluiu que não tem condições de se manifestar quanto ao ato normativo, no momento, pois precisa de prazo maior para estudar o documento, que envolve diversas questões a serem, inclusive, estudadas pelas áreas.** A seguir, foi abordado o **Item 3 da pauta: PROAD nº 8032/2019.** Foi mencionada a contratação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, realizada no ano de 2017, para o encontro dos servidores com deficiência. Após deliberações, **o comitê manifestou-se favoravelmente à contratação de tradutor de Libras, recomendando: 1) utilização de programa que forneça audiodescrição e legendagem para todos os eventos públicos do Tribunal, para garantir acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiências, bem como em atendimento às exigências do Ranking da Transparência do Poder Judiciário; 2) adoção de prática que verifique se haverá participação de PcDs nos eventos internos do Tribunal, e quais são as necessidades específicas a serem atendidas em cada ocasião, solicitando, no ato da inscrição, as informações pertinentes; 3) que cada unidade do quadro (Foros, Secretarias, Varas únicas e Postos, etc) indique um dos servidores nela lotados para capacitação em LIBRAS. 4) ocorrendo movimentação do servidor capacitado, de ofício, seja realizada nova indicação, bem como seja observada a Resolução CSJT nº 218/2018 exigindo que a atuação dos capacitados "deve limitar-se ao atendimento ao público e esclarecimento de fases e informações processuais"; 4) elaboração de campanha de conscientização, pela Secom, quanto à importância do Tribunal estar apto a receber e atender pessoas com deficiência auditiva, tanto do público interno, como externo, apresentando a capacitação oferecida pela Escola Judicial como forma de atingir esse objetivo; 5) criação de grupos para conversa em LIBRAS por meio de encontros periódicos.** Prosseguindo a reunião foi abordado o **Item 4 da pauta: Apresentação da planilha de informações ao Comitê - Segesp/Csaude.** Maria Augusta referiu que a planilha com os dados relativos aos acompanhamentos funcionais, na Segesp, foi elaborada e já está compartilhada com todos os integrantes deste Comitê e do de Combate ao Assédio Moral. Informou que a planilha já

contém dados atualizados dos atendimentos realizados em 2020, até o momento, e colocou-se à disposição para prestar informações quanto à estrutura e dados dela constantes. Destacou que, comparando os números do mês de março para os do momento atual, houve aumento significativo no número de registros e que considera este o pior momento em termos de saúde mental dos servidores no período de trabalho remoto. **Item 5 da pauta: Retomada do trabalho presencial.** Des<sup>a</sup> Laís informou que ocorreu reunião do grupo de trabalho encarregado da elaboração e acompanhamento de plano para a retomada gradual do trabalho presencial na 4ª Região e que ficou definido que o retorno ocorrerá gradualmente, atingindo o máximo de 25% da força de trabalho, a partir do dia 28 de outubro, mediante a adaptação de todas as instalações às medidas sanitárias recomendadas pelas autoridades de saúde, e que a partir de 12 de novembro está prevista a retomada da realização de audiências, ocorrendo presencialmente somente as que forem necessárias. Comentou que a retomada foi programada com muito critério e que todos os detalhes relacionados às medidas sanitárias de isolamento para evitar o contágio pelo covid19 estão sendo providenciados, que o Tribunal está licitando a compra de todos os itens necessários para oferecer a máxima segurança àqueles que voltarem ao trabalho presencial. Mencionou que servidores enquadrados nos grupos de risco ou que convivam com pessoas que são do grupo de risco não retomarão o trabalho presencial, assim como os PcDs. Mencionou, ainda, que serão observadas as bandeiras de classificação adotadas pelo monitoramento do distanciamento controlado, suspendendo as atividades presenciais sempre que for necessário. Cristina reportou que sindicato recebeu solicitação da zeladoria sobre EPIs. Fabiana prontificou-se para verificar com o servidor o que precisa. **Item 6 da pauta: Alinhamento para envio de demandas à Escola Judicial:** Des<sup>a</sup> Laís mencionou a reunião realizada com os coordenadores de comitês e comissões, bem como com os gestores regionais dos programas do TST, para alinhamento quanto ao envio de demandas dos grupos da Gestão Colaborativa do Tribunal à Escola Judicial. Informou que o Comitê deverá organizar seu planejamento para 2021, informando-o, até novembro, caso necessite da estrutura da Escola Judicial para a realização de atividades/eventos/cursos e iniciativas assemelhadas. A seguir, afirmou que para o ano de 2021, considera interessante incluir cursos e eventos mais voltados à saúde mental e mencionou o Relatório com os resultados da Pesquisa sobre Saúde Mental de Magistrados e Servidores elaborado pelo CNJ. Com relação ao Setembro Amarelo, Cristina informou o Sindicato organizou uma live, que ocorrerá no dia 29.09, e gostaria de solicitar que fosse retransmitida pela EJud. Falará Jaqueline Ferraz, profissional indicada pelo professor Heloani e pelo psicólogo Bruno Chapadeiro. Informou que o sindicato agora conta com uma psicóloga, além da psiquiatra, em sua Assessoria de Saúde. **Foi dado aval pelo comitê para a demanda de retransmissão da live.**

**Próxima reunião agendada para 05 de outubro às 16h.** Reunião encerrada às 17h. Ata redigida pela servidora Gabriela Balbinot, Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e enviada aos presentes para validação por meio eletrônico.